

ESPORTE E POLÍTICA PÚBLICA: O CASO DO SEGUNDO TEMPO EM CAMPINAS

Paulo Cezar Nunes Junior¹
Sílvia Cristina Franco Amaral²

Resumo

Este trabalho tem por objetivo analisar o Segundo Tempo, programa ministerial de política pública para a democratização da prática esportiva, desenvolvido em 2006 pela Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer da cidade de Campinas. Para tanto, utilizamo-nos de análise documental, das observações e entrevistas realizadas durante a investigação. Como suporte teórico, o trabalho tece uma discussão entre a gênese e função do esporte na sociedade, dialogando com as contradições, limites e avanços do Segundo Tempo.

Palavras-chave: *Esporte; política pública; capital cultural.*

É inegável que o diálogo entre a educação física e as políticas públicas deve ser tomado como conteúdo básico de estudo da primeira, principalmente se levarmos em consideração as dimensões que o esporte³ assume hoje no cenário conjuntural. Atrelado à gestão do Estado ou aos domínios da organização civil, ele conduz e participa das decisões e dos rumos nos mais diversos segmentos da sociedade.

Tecendo um recorte teórico entre alguns possíveis diálogos entre esporte e política pública, este artigo tangencia teses acerca das funções e dos usos destes nessa relação. A linha argumentativa trabalhada percorreu a tensão entre os sujeitos e as instituições na luta pelo poder dentro do campo cultural do esporte e do campo político (BOURDIEU, 1998).

Combinado com inúmeros adjetivos é possível perceber hoje o esporte institucionalizado pelas políticas públicas e implementado dentro de suas possibilidades de significação, como, por exemplo, a de ser democratizador ou gerador de inclusão social. Para entendê-lo, no entanto, é preciso que haja um resgate de sua função primordial enquanto conjunto de elementos que decodificam e estabelecem intenções ao gesto.

No arranjo das idéias, o aporte teórico levantado dialogou com as observações realizadas em um projeto ministerial brasileiro, para a área esportiva, durante todo o ano de 2006. Trata-se do “Segundo Tempo”, programa de política pública de âmbito nacional que foi incorporado pelas ações da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, na cidade de Campinas, criado com o intuito de promover a prática esportiva em diversos pontos do município.

A coleta dos dados observou dois dos 75 núcleos previstos inicialmente para a implementação do Segundo Tempo em Campinas, de modo a evidenciar possíveis contrastes e similitudes com relação ao projeto e expectativas iniciais⁴. Além da

¹ Universidade Estadual de Campinas

² Profª Drª da Faculdade de Educação Física

³ A aproximação direta que é feita entre a educação física e o esporte não busca de maneira alguma reduzir a área a apenas a esse conteúdo.

⁴ A escolha dos núcleos ocorreu na tentativa de discutir diferentes realidades sociais. Desse modo, o Núcleo Real Parque e o Núcleo Parque Santa Bárbara foram os eleitos na medida em que apresentavam entre si

observação, a consulta a diversos documentos relativos à gestão do projeto, somados a entrevistas efetuadas com sujeitos envolvidos no processo, auxiliou na elucidação das idéias e na construção das considerações e teses levantadas com relação ao tema.

Esporte institucionalizado: um debate tomado desde a sociologia

Ao se tratar do esporte como objeto de estudo pelo viés da sociologia, é inevitável estabelecer considerações a respeito de sua gênese e afirmação como prática física ao longo dos últimos séculos. Porém, longe de levantar dados ou teses acerca de seu processo histórico, julgamos pertinente suscitar aqui apenas alguns apontamentos com relação à institucionalização dessa prática com o fim de provocar reflexões sobre o modo como funciona, hoje, o sistema esportivo, amparado ou não pelas políticas públicas.

O contexto da industrialização inglesa fomentou princípios de produção e planificação fabril que dá ao esporte premissas básicas de sua constituição: autoridade – o modelo esportivo é legítimo, cabendo aos praticantes se submeterem às regras impostas pelo sistema, justificável por seus objetivos; disciplina – o treinamento periódico e a dedicação conduzirão os atletas aos fins desejados, com promessa de glória e reconhecimento; aperfeiçoamento – o rendimento é o centro de gravidade e o motor do sistema esportivo; organização – a ordem é premissa básica para que possa ocorrer a organização da sociedade, pelo esporte; burocracia – aos moldes de um modelo de sistema hierárquico, o esporte é dotado de leis e princípios de mobilidade que antecedem o dom e o sucesso fácil; racionalidade instrumental – o esporte como mecanismo eficaz de distração das massas e meio de desviar os homens de uma participação política consciente; e concorrência – para que o modelo funcione, deve ter como objetivo designar o melhor concorrente ou registrar o melhor desempenho (ELIAS; DUNNING, 1992). Por essas características, o esporte apóia os pressupostos básicos do capitalismo industrial, servindo como elo de adaptação para a vida moderna, na qual há uma ênfase exagerada na realização pessoal, na vitória pelo mérito individual. Ampliando esse novo modelo de gestos técnicos, podemos afirmar que o esporte se afastou da relação com o universo lúdico do jogo, produzindo em contrapartida novos significados para as práticas corporais. Desse modo, o esporte moderno surge como prática de elite, que pouco a pouco foi inventado (BOURDIEU, 1983) e construído a partir de regras e valores, tomado como meio para diversas instituições atuarem sobre a dinâmica social.

Remetendo à teoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu⁵, na qual a sociedade está dividida em campos: cultural, político, econômico, erudito, entre outros – é possível esclarecer a importância que o esporte adquiriu, até mesmo antes do advento da modernidade, por se tratar de uma instância do campo cultural na briga pelo poder com os demais campos. Essa tensão é que sustenta os conflitos sociais, nos quais a intenção é, antes de estabelecer a lei da legitimidade que ditará as normas da conduta social, obter o poder

diferenças notadamente interessantes para a averiguação das categorias e análise levantadas: o Núcleo Real Parque encontra-se em uma área vulnerável e com vários problemas de infra-estrutura básica, enquanto o Núcleo Santa Bárbara se localiza em uma região de menor instabilidade social.

⁵ Em sua obra *Sociologia crítica do esporte, uma introdução*, Bracht (2003) dedica um capítulo inteiro para trabalhar as idéias do Bourdieu, na sua relação com o esporte enquanto prática cultural. Foi a partir das reflexões de Bracht que achamos caminho para desenvolvermos essas idéias.

sobre outro campo. Ao narrar a tomada do esporte pelas instituições na modernidade, Bracht (2003) sugere que nessa relação ocorre um entrecruzamento de instâncias de interesses de uma dada formação social, no qual se encontram vários níveis: econômico, político, ideológico, cultural. Esses níveis variam em sua dominação, de acordo com as diferentes vertentes que o esporte assumiu nessa trajetória: esporte profissional (prevalhecimento do nível econômico) e esporte escolar/participativo (prevalhecimento do nível pedagógico), por exemplo, é que irá se constituir a característica e a função da prática esportiva. É possível uma aproximação da idéia do entrecruzamento proposta por Bracht e da teoria dos campos de Bourdieu, uma vez que ambas versam sobre os arranjos que podem ser feitos entre as forças conflitantes e tensões envolvidas na tomada do esporte pelas instituições, pelos campos.

Bourdieu (1998) interessa-se principalmente pela relação entre cultura, dominação e desigualdades sociais. Pelo seu olhar a cultura não é uma esfera inocente e, sim, um importante meio para a reprodução da estrutura de classes. O esporte moderno surge nesse sentido, ao lado do conflito de classes econômicas, aludindo a uma luta simbólica de classes a qual irá se estabelecer sob valores corretos, padrões legítimos, práticas esportivas próprias, sobre os estilos de vida distintos de classe. A realidade social de que fala Bourdieu é tida como um conjunto de “relações invisíveis, aquelas que constituem um espaço de posições exteriores umas às outras (...), não só pela proximidade, pela vizinhança ou pela distância, mas também pela posição relativa (BOURDIEU, 1990 p. 152).

No desenvolvimento de seus estudos, Bourdieu cria ainda o conceito de *habitus*, tratando-o como um sistema de disposições que atua no cotidiano como esquemas de pensamento, percepção, avaliação e julgamento, fazendo a mediação entre estrutura e práxis. Pelo *habitus*, cria-se o gosto por determinados estilos de classe, que ditarão maneiras sociais de portar-se esportivamente pela garantia do *status* e do sucesso. Por esse mecanismo, fica mais claro entender porque o esporte é uma instância tão visada por algumas instituições, pois permite às classes privilegiadas manter o capital político, através da promoção e do controle da indústria esportiva ou estatal, segundo as funções e características do esporte. Seus agentes manifestam-se de acordo com uma posição de poder, pois podem transformar o capital cultural⁶ obtido na administração esportiva em poder político, atuando na dinâmica de outros setores sociais com fim a dominar outros campos no conflito entre classes.

Uma instituição serve como um propulsor de uma ação unilateral estabilizada, traz o homem para uma forma específica e não para quaisquer formas de ação. Na instituição esportiva isso não é diferente: ela fornece uma forma de satisfazer necessidades ligadas ao movimento. O esporte fornece uma fórmula de contingência que reduz a complexidade do meio-ambiente em termos de possibilidade de oferta de movimento (BRACHT, 2003, p. 93).

Assim, é possível dizer que a lógica do campo cultural do esporte opera de tal forma que reproduz, de modo inevitável, as relações sociais dominantes. Isso nos leva a

⁶ De acordo com a categoria estabelecida por Bourdieu (1990), o capital cultural é o resultado da reprodução dos símbolos e significantes dominantes, enquanto valores que podem ser internalizados pelos sujeitos na tomada de posição no campo.

entender que o esporte não pode ser autônomo. Deve, sim, ser avaliado em sua função e atuação social, através dos discursos das instituições que o incorporaram e que hoje o legitimam. A escola e o Estado, por exemplo, têm a função de agenciar os interesses sociais na tensão entre a dinâmica das forças no conflito social. Organizando seus interesses de modo objetivo e eficaz, segundo Bourdieu (1998) cada uma dessas instituições defende seus interesses e almeja a vitórias nesta relação, no embate entre os campos. Por isso o Segundo Tempo se faz um objeto de estudo rico e necessário para a temática: na medida em que é ponto de intersecção entre a escola e o Estado, pode nos revelar pontos de vista interessantes para a discussão sobre esporte e política pública entre essas instituições.

Pelas veredas do Segundo Tempo

O programa Segundo Tempo é uma iniciativa do Ministério do Esporte em parceria com o Ministério da Educação, com o fim de democratizar o acesso à prática esportiva de crianças e adolescentes matriculados em escolas públicas de todo o Brasil.

É possível perceber também as intenções do processo de incorporação deste programa, em Campinas, quando entramos em contato com o discurso dos gestores municipais. A intenção do programa é de “colaborar com a inclusão social, bem-estar físico, promoção de saúde e desenvolvimento intelectual das crianças e adolescentes que se encontra em situação de vulnerabilidade social” (entrevistado C). Remetendo-nos a Elias e Dunning podemos afirmar que os objetivos deste programa espelham uma função importante atribuída ao esporte, qual seja, de colaborar contra as instabilidades sociais por meio do desenvolvimento físico e do gesto disciplinado (ELIAS; DUNNING, 1992). A indicação parece criar um contra-senso com sua suposta função democratizadora. Por outro lado, a gestão da Secretaria Municipal de Esporte Cultura e Lazer também não parecia oferecer perspectivas da tão propalada democratização através do esporte, quando veicula em documento oficial ta passagem

Entendemos que o Esporte e o Lazer ocupam papel de fundamental importância para os seres humanos. Sabe-se que o Esporte e o Lazer são fundamentais para a manutenção e preservação da saúde física e mental dos indivíduos, mas não devemos esquecer o papel fundamental que estes aspectos da existência humana representam para a inclusão social. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2005, p.2).

De acordo com as diretrizes políticas da gestão, e partindo da idéia inicial do Segundo Tempo, é que a Prefeitura Municipal de Campinas incorporou o projeto entre suas políticas públicas, entre outros motivos, a fim de consolidar o uso do ambiente escolar e dos centros comunitários como núcleos da prática esportiva e de lazer. Nas entrevistas realizadas, os gestores municipais de esporte reiteraram a missão da prefeitura⁷ como órgão de atendimento à população, tendo como função básica fomentar o esporte e oportunizar o acesso, daí a aposta na divulgação do Segundo Tempo.

⁷ “Promover a cultura Esportiva e o desenvolvimento da população em sua plenitude na cidade de Campinas através da excelência na oferta de atividade física e esporte” - texto afixado na entrada do setor de uma das coordenações da Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer

A observação direta foi feita durante seis meses à época da pesquisa, em reuniões de monitores e, principalmente, junto aos dois núcleos escolhidos. A chegada em ambos os núcleos foi surpreendente, uma vez que o contato com a materialização do programa em Campinas ocorreu em fase posterior à revisão bibliográfica e aos documentos e leis relativos a ele. No Real Parque, deparamo-nos com um espaço precário para as práticas previstas no programa, um pequeno terreno junto ao campo de futebol do bairro. Sem árvores e com o piso de terra esburacada, o local era circundado por uma área de ocupação irregular, o que colaborava para a paisagem nada organizada do local. No decorrer de todas as visitas ao local algumas cenas se repetiam (dados de observação): a monitora anunciava a “aula” nas casas vizinhas, convocando as crianças para as atividades; as crianças que participavam geralmente não permaneciam por todo o período no projeto, os pais refutavam a idéia do contato das meninas com os meninos no mesmo espaço.

No parque Santa Bárbara as impressões do contato com o núcleo foram mais previsíveis. O local escolhido para o Segundo Tempo e seus arredores eram mais organizados, o projeto acontecia em um Centro Comunitário. Era maior a circulação de pessoas no local, e em alguns casos até mesmo os pais passaram a frequentar a área.

Com relação à funcionalidade do programa, as atividades caracterizaram-se pelo acesso a diferentes modalidades esportivas: o basquetebol, o voleibol, o futebol e o handebol, além de modalidades individuais como o tênis e o atletismo (dados das observações).

Na parte de recursos humanos, inicialmente envolvia três categorias: coordenadores gerais (gestores) e coordenadores de núcleo (docentes) - com formação em educação física ou educação; além de monitores (estagiários), alunos de graduação em educação física. Em Campinas a medida encontrada na contratação de profissionais para o programa foi uma seleção por concurso público para os estagiários, com vigência de um ano em trabalhos com o Segundo Tempo e atividades em praças públicas da cidade. Os gestores seriam funcionários públicos contratados pela Prefeitura. Ocorreu que na ocasião da implantação do projeto nos núcleos, na maioria dos casos a figura do coordenador de núcleo não existiu, segundo relatos dos estagiários em uma reunião de gestão (dados de observação). O primeiro contato dos estagiários com os núcleos aconteceu no mês de março, sem o devido apoio da prefeitura. “Nos apresentaram aos agentes comunitários e a partir de então começamos a atuar junto ao núcleo” (entrevistado A). As dúvidas e apresentações de relatórios de trabalho a serem feitos por parte dos estagiários eram levadas para as reuniões mensais, onde eram exigidas a frequência, a lista de nomes dos participantes e a relação de atividades desenvolvidas durante o mês de trabalho. Contudo, estas reuniões na maioria das vezes trataram de assuntos pragmáticos, com característica funcional: convocar estagiários para eventos da prefeitura, advertir os maus comportamentos, resolver problemas com horários etc. (dados de observação). A questão da discussão do aspecto pedagógico e da função do esporte enquanto prática transformadora dos locais onde estavam localizados os núcleos não era devidamente considerada.

Por parte da coordenação do programa, os gestores apontaram que as ações da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer foram otimizadas durante a referida gestão. Apontaram que a ausência da disputa partidária dentro da prefeitura auxiliava no processo, “o trabalho é conjunto e acontece sobre os princípios do funcionalismo público”

(entrevistado D). Em contrapartida, um dos grandes problemas avaliados pelos coordenadores foi a opção pessoal de cada integrante ao comprometimento com o setor público, que destoavam em suas intenções pessoais de participação no projeto, comprometendo a execução deste. Segundo uma das gestoras, “há vários estagiários que não atuam de forma satisfatória na execução do projeto, falta de ética profissional” (entrevistado C). Ora, talvez esta “liberdade” talvez pudesse ter sido uma das poucas possibilidades de realmente acontecer a democratização da prática esportiva.

Outra característica do Segundo Tempo é a possibilidade de formação de parcerias com outros órgãos, inclusive privados. No caso de Campinas, além dos investimentos do Ministério do Esporte, os núcleos foram mantidos com recursos da Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo (Facesp) e da Prefeitura Municipal. Fundamental para o entendimento da materialização do Segundo Tempo na cidade de Campinas é entender a divisão que ocorreu no seu sistema de gestão, polarizando de um lado a Prefeitura Municipal e de outro a Facesp. A implantação do projeto no município só foi possível graças a um acordo firmado entre as duas instituições em 2005. Essa ação foi necessária para facilitar a captação de recursos com o Ministério. Além disso, existiam diferenças entre os estatutos do Ministério e da Prefeitura Municipal que tornariam inviável a realização do projeto Segundo Tempo nos moldes pensados para o município de Campinas. Como exemplo, citamos as normas quanto à contratação de estagiários: o estatuto ministerial estabelecia uma quantia máxima de remuneração aos estagiários que estaria muito aquém daquela proposta pela Prefeitura na abertura do edital da seleção. Voltando à ponte entre Estado e neoliberalismo, é possível notar nesta consideração outro indício da tomada dos governos pelo norte da política neoliberal: ao estabelecer a possibilidade de vincular os serviços do estagiário, estudante em formação, em troca do pagamento de um valor abaixo do mercado, e Estado auxilia na precarização do mundo do trabalho.

Assim, a gestão do Segundo Tempo acontece em duas instâncias: a cargo da Prefeitura Municipal ficaram delegadas as responsabilidades com a parte burocrática do projeto (contratação, recursos técnicos, diálogo e monitoramento dos estagiários). Já a Facesp ficou responsável pelo manejo dos recursos financeiros: lanche e da entrega de camisetas nos núcleos, além de supervisionar o trabalho dos agentes comunitários e assessorar suas reuniões. De modo geral, podemos definir que a prefeitura ficou responsável por um trabalho mais central do Segundo Tempo, enquanto a Facesp fez um trabalho mais focal com os núcleos.

É nesse quadro que podemos notar uma tensão entre os conflitos de força presentes no jogo de interesses políticos entre essas duas instâncias. A idéia de fomentar o esporte e oportunizar o acesso, intenção central da Prefeitura é deslocada pelo interesse político da Facesp na formação de “currais eleitorais” com os núcleos, já que prezam pelos aspectos quantitativos do projeto. Para a Facesp, a distribuição máxima de fichas para matrículas e a lotação e manutenção do maior número possível de núcleos estava na frente de questões como avaliação e impacto do projeto nos núcleos em que ocorrem.

Nota: sobre a tensão das forças

É recorrente nos planos de governo e diretrizes políticas na área a adjetivação do esporte segundo as vertentes a que eles se dirigem: na Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer da cidade de Campinas, por exemplo, ele recebia em 2006 duas alcunhas diferentes: esporte semiprofissional e esporte socioeducacional. Essas duas instâncias refletem interesses diferentes, que muitas vezes se mesclam na materialização dos projetos e ações. Isso porque não é impossível conceber uma prática fora da outra, na mesma direção que não é possível refletir sob o foco de uma sociedade fragmentada, analisada em blocos. A tensão das forças é constante, atende a uma direção que é pré-estabelecida por interesses comuns, dentro da individualidade de cada um. A lei da legitimidade, que perpassa os campos apontados por Bourdieu (1998), em direção ao poder trata de unir estas diferentes instâncias. Por esse caminho, fica evidente que a simbiose entre diferentes instituições dentro de um mesmo projeto é possível, principalmente tomando como tema central o esporte, fator de comunhão social em todo o mundo.

Partindo para uma análise do modelo de esporte intencionado e praticado no Segundo Tempo, precisamos antes de tudo remontar ao histórico recente da construção das políticas públicas de esporte na cidade de Campinas. Para isso, resgato alguns artigos do texto de lei número 12353/05 construído entre 2004 e 2005, época de revisão das políticas esportivas do município. Esta série de artigos foi aprovada pela câmara municipal e sancionada pelo prefeito de Campinas para entrar em vigor a partir de 12 de janeiro de 2006.

Há um claro apoio das políticas públicas ao esporte de alto rendimento, citando como meios para este princípio o aprimoramento e apoio das equipes e atletas do município. As leis advogam a respeito da participação e sistematização do apoio à prática esportiva em Campinas, como neste trecho a seguir:

Artigo 7º - São instrumentos da política municipal de esporte e lazer

- O fundo de investimentos esportivos de Campinas – FIEC, com recursos previstos no Orçamento Geral do Município, destinado a apoiar financeiramente investimentos na execução de programas e projetos de caráter esportivo e de lazer que se enquadrem nas diretrizes e prioridades constantes dessa lei;
- A execução das ações de programas e projetos esportivos descentralizados, atendendo aos interesses das parcelas da sociedade envolvidas nesses programas e projetos.[...]
- A criação de mecanismos que proporcionem a participação democrática da sociedade organizada, desenvolvendo a interface entre o município e a iniciativa privada na criação de incentivos fiscais destinados aos programas e projetos esportivos e lazer. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2005, p.40)

Como sugere Bourdieu (1998), há em cada campo uma rede de poder que funciona de acordo com as posições de cada um e a tomada pelo poder nas ações dentro do campo e entre os campos. Remetendo esta teoria ao objeto da pesquisa, pode-se afirmar que ocorre uma tensão entre dois campos: o campo cultural / esportivo e o campo da política. Por tratar-se da análise de um projeto da área de esporte sócio-educacional, tem-se a impressão de que o conflito de forças no campo do esporte é menos tenso em comparação aos conflitos travados no campo da política. Há certa verdade nesta afirmação, porém fica difícil colocar em escalas de comparação os sentidos e resultados das forças para a conformação dos diferentes campos.

Dentro da realidade observada, tanto do ponto de vista da participação popular quanto do ponto de vista das funções e transformações do esporte junto aos núcleos do Segundo Tempo, foi possível notar características da ideologia neoliberal de Estado presente nos governos democráticos contemporâneos. Nos dois casos ocorre o que os críticos ao modelo neoliberal chamam de individualização do sujeito. O livre intercâmbio de idéias e a liberdade jurídica dos indivíduos prevista neste modelo de Estado são peças fundamentais no entendimento da baixa participação popular junto às iniciativas públicas. Destarte, as promessas da funcionalidade democrática da instituição esportiva de reduzir a distância entre classes, multiplicar os contatos entre os indivíduos, prometer mobilidade social e abolir as discriminações sociais (BROHM, 1982), fazem com que seja feita uma projeção sobre cada criança e adolescente que aposte na prática esportiva como uma ponte para o famigerado caminho de sucesso na vida. Em certa medida, neste âmbito o Segundo Tempo não deixa de ocupar a posição de base na pirâmide esportiva em Campinas. Por trás de seu caráter socializador, estão inseridos vários interesses diretamente ligados às funções da instituição esportiva dentro de um modelo de estado que se apresenta democrático-participativo.

Referências bibliográficas

AZEVEDO J. (2001). **Educação como política pública**. Campinas: Editora Autores Associados.

BRASIL, **Portaria Interministerial nº 32, de 17 de março de 2005**. Ministério do Esporte, Gabinete do ministro. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.esporte.gov.br/arquivos/snee/segundotempo/legislacao/portaria_32.pdf> Acesso em 2 de dezembro de 2006

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli. 5.ed. São Paulo: Perspectiva. 1998

_____, P. **Como é possível ser esportivo?** In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

BRACHT, V. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003

_____. **Sociologia do esporte e educação física escolar**. In REZER, Ricardo (org). **O fenômeno esportivo. Ensaio crítico-reflexivos**. Chapecó: Argos, 2006

BROHM, J.M. **Sociología política del deporte**. Fondo de Cultura Económica, México: 1982.

ELIAS N, DUNNING E. **A busca da excitação**. Tradução de Manuela Almeida e Silva. Lisboa: DIFEL. 1992